



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA° Nº 19/96 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 1996 28 de Novembro de 1996

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Joaquim Marques.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Aníbal Ramos, Carlos Reis, a Senhora D^a. Isabel Ferreira e o Senhor Rui Amendoeira, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente Orlando de Almeida, as Senhoras Vereadoras Helena Bastos e Adelaide Fontes, os Senhores Vereadores Andrade Neves, Quadrado Rego, Fernando Pereira, Manuel Vieira, Cumbre Tavares, Carlos Silva, Granja da Fonseca e Rodrigues Branco.

I - ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único : Emissão de parecer nos termos e para os efeitos previstos no nº. 5 do Artº. 6º. da Lei nº.27/96, de 1 de Agosto.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ordem de Trabalhos à discussão, e não havendo intervenções, submeteu a mesma à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 32 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Após esta votação, o Senhor Presidente da Assembleia informou que se encontrava na Mesa uma Proposta, apresentada pela bancada do PSD, relativa à alteração da disposição dos Membros da Assembleia na sala de Sessões, que passou a ler. Face ao teor da proposta o Senhor Presidente da Assembleia considerou que a mesma deveria ser apreciada de imediato.

Seguidamente, colocou-a à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 32 Membros presentes. Intervieram na sua discussão, os Senhores José Teodoro e João

Vieira, a Senhora D^a Maria Luisa Jubilado, os Senhores João Nascimento, Guilherme Guimarães e António Filipe.

Após estas intervenções, foi a Proposta colocada à votação, sendo aprovada por maioria com 21 votos a favor, 13 contra e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

Finda a votação, o Senhor Presidente da Assembleia declarou a suspensão dos trabalhos, por um período de três minutos, para que os Membros tomassem os seus novos lugares.

II - CORRESPONDÊNCIA

Foi lido o resumo constante da folha que se anexa com esse título.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito o Senhor Carlos Santos, a Senhora Fátima Bernardo, os Senhores Pedro Conceição, José António Cigarro, Joaquim Ferreira, Joaquim Costa, José Eduardo, Luis Rodrigues e António Brás.

O Senhor Carlos Santos, a Senhora Fátima Bernardo, os Senhores Pedro Conceição, José António Cigarro e José Eduardo, intervieram para falar sobre problemas do Centro Comercial da Avenida do Brasil.

O Senhor Joaquim Ferreira, interveio para falar sobre algumas situações que o prejudicam, originadas pelo Centro Comercial Babilónia.

O Senhor Joaquim Costa interveio, em representação da Comissão de Moradores da Damaia de Cima, para ler um documento (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Luis Rodrigues, interveio para falar sobre a Urbanização Caneças, no alto da Damaia.

O Senhor António Brás, interveio para falar sobre os Moínhos da Funcheira, dizendo que, segundo pensa, foi aprovada uma nova urbanização para aquele Bairro a ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

construída na mancha verde ali existente, pelo que perguntou se era verdade e se essa mancha verde irá desaparecer.

O Senhor Presidente da Câmara, interveio para responder às questões colocadas, tais como: o Centro Comercial da Avenida do Brasil, dizendo que o prédio está construído em terreno particular e não em terreno de domínio público. O horário do comércio, dizendo que no concelho da Amadora pratica-se o horário estabelecido por lei, pois não existe qualquer regulamento municipal. A lei prevê o alargamento individual do horário de funcionamento desde que não afecte a ordem pública, no entanto, existem reclamações dos moradores. Referiu, que encerramento do comércio do Centro às 24.00 horas e foi estabelecido pelo anterior Governador Civil, o qual foi mantido pelo actual, no entanto, caso a Câmara houvesse deliberado sobre o assunto, teria deliberado no sentido dos protestos dos moradores; sobre o Centro Comercial Babilónia, disse que a Câmara aprovou o projecto. Quanto aos reclamos luminosos, informou que a Câmara está a tomar as necessárias providências, tal como a lei determina; Relativamente à Urbanização Caneças, disse que a Câmara tem vindo a dialogar com os moradores, na sequência da recepção de "Abaixos-assinados". Tem negociado com o urbanizador, que é uma firma constituída por vários sócios. Referiu que o processo encontra-se em fase de notificação dos proprietários, para que a Câmara possa accionar as garantias bancárias. Para que a Câmara possa executar as obras é necessário estar previsto em Plano de Actividades, o que já acontece no Plano para 1997. Quanto à mudança de nome da Praceta Maria Luiza Caneças, disse que é da competência da Câmara proceder à atribuição dos nomes às ruas, no entanto, esta considerou que não deveria alterar o nome desta Praceta; sobre os Moínhos da Funcheira, disse que houve uma tentativa, por parte de um proprietário no sentido de apresentar um plano de loteamento urbano para a zona, mas foi indeferido pela Câmara.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu este período por encerrado.

IV - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se encontravam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito a Senhora D^a Maria Luisa

Jubilado e os Senhores João Caldeira, Jaime Garcia, José Teodoro, Francisco Mota e Alves Nunes.

A Senhora D^a Maria Luisa Jubilado, na sua intervenção, congratulou-se com a abertura do Bar Municipal durante o período da Sessão, o que quer dizer que a Câmara ouviu a Assembleia.

O Senhor João Caldeira, na sua intervenção, perguntou se são necessários dois meses para ser cumprida a notificação aos proprietários da estrutura metálica do Alto Maduro, isto porque foi afirmado na Assembleia que estes já haviam sido notificados nesse sentido.

O Senhor Jaime Garcia, na sua intervenção, disse que é uso e abuso dos Fiscais da Câmara justificarem a sua presença e os seus actos, como sendo devido a queixas da Junta de Freguesia, cada vez que desenvolvem uma acção de fiscalização nas freguesias. Esta situação, disse, é embaraçosa e aconteceu com a sua Freguesia três vezes, pelo que não podia deixar de manifestar a sua repulsa pelo facto. Referiu, que assume as suas responsabilidades, e neste sentido, enviou um ofício à Câmara na tentativa de resolver o assunto. Face ao exposto, solicitou que sejam corrigidos estes maus hábitos da fiscalização; falou sobre a Escola nº 2 da Buraca, dizendo ter tido conhecimento que se estão a inscrever nessa escola, crianças do Casal Ventoso, pelo que perguntou se a Câmara tem conhecimento que vão ser realojados, no Bairro do Zambujal, residentes daquele bairro, a fim de poder dar seguimento ao processo que está a elaborar sobre o assunto.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, falou sobre o Bar Municipal, dizendo que verificou com grande satisfação a sua reabertura.

O Senhor Francisco Mota, na sua intervenção, falou sobre a atribuição de subsídios às colectividades, dizendo que estes não costumam ser pagos nesta altura. Perguntou ao Senhor Presidente da Assembleia se já havia visitado a Biblioteca Municipal da Amadora para constatar o estado em que se encontra. Falou sobre a lixeira da Falagueira/Venda Nova, dizendo que a vacaria ainda lá continua. Por fim, solicitou à Câmara informações sobre o PER, sobretudo o PER-Famílias, uma vez que, já teve acesso a um documento assinado pelo Senhor Presidente da Câmara sobre o assunto e a Assembleia Municipal, assim como a Comissão de Urbanismo, nada sabem.



Alves Nunes
Pimenta
Jan

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Alves Nunes, na sua intervenção, falou sobre a estrutura do Alto Maduro, dizendo que a Junta de Freguesia da Venteira enviou dois faxes à Câmara Municipal no sentido de ser retirada para os quais aguarda resposta da Senhora Vereadora do Pelouro. No entanto, disse, existem outras estruturas na Freguesia, nomeadamente no Alto Maduro, com o anúncio da "Reval", referindo-se ao Opel Corsa, no Parque Delfim Guimarães, com o anúncio da Lanidor, no Largo Dário da Gândara Nunes, assim como outros pequenos anúncios que proliferam pelo concelho de uma forma anárquica, e segundo pensa, sem licenciamento. Referiu três outros assuntos, para os quais aguarda resposta dos Senhores Vereadores dos respectivos pelouros, que são: um ofício da Junta de Freguesia da Venteira, datado de 27 de Maio do corrente e reforçado com um fax de 24 de Julho, sobre a Escola Primária nº 1, no Bairro de Janeiro, onde há o problema dos assaltos, do guarda, das obras e da vedação que finalmente estão em curso, mas a resposta às comunicações ainda não chegou; os problemas que dizem respeito ao Pelouro do Senhor Vereador Quadrado Rego, ao qual colocou, em Julho, algumas questões sobre o trânsito e que inicialmente haviam sido levantadas por Membros da Assembleia de Freguesia da Venteira e que até ao momento ainda não obteve resposta; por fim, informou recebeu um ofício da Câmara para que a Junta de Freguesia da Venteira se pronunciasse sobre a localização das placas de sinalização direccional, nomeadamente para o Hospital Fernando Fonseca. A Junta respondeu há já seis meses e até ao momento ainda não foram colocadas as placas, pelo que gostaria de saber se a colocação desta sinalização é da responsabilidade da Câmara ou da JAE.

O Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra para responder às questões colocadas pelos Membros da Assembleia, tais como: a proliferação dos "placards", dizendo que a Câmara não tem capacidade para actuar, mas já foram admitidos mais fiscais a fim de colmatar a situação; a vinda de pessoas do Casal Ventoso para o Bairro do Zambujal, dizendo que a Câmara teve conhecimento do assunto através dos jornais, onde referiam a vinda de oito famílias de Lisboa e que o Dr. João Soares esteve presente para na entrega das chaves e na inauguração, por isso, protestou junto da Câmara Municipal de Lisboa; sobre os subsídios às colectividades, dizendo que os relativos ao ano de 1995 encontram-se, há já algumas semanas, a pagamento. Quanto aos de 1996, disse que não tinha conhecimento se estavam ou não a pagamento; O PER, dizendo que a Câmara assinou um acordo. Sobre o PER-Famílias, disse que, segundo a legislação e de acordo com as indicações que tem da Secretaria

de Estado da Habitação este é para ser utilizado à medida que se avançarem com as operações de realojamento, ou seja, não é para qualquer cidadão que viva em barracas, mas sim na medida das prioridades estabelecidas.

A Senhora Vereadora Helena Bastos, interveio para falar sobre a vacaria na Falagueira-Venda Nova, dizendo que o prazo que a lei determinava, só terminou em Junho deste ano, isto para proporcionar aos proprietários dos parques de sucata a possibilidade de procederem nos termos previsto na lei. Terminado esse prazo, a Câmara notificou os parques de sucata e 50% foram desactivados. No caso concreto da vacaria, o processo continua, levando o proprietário a Tribunal, aplicando-lhe coimas, e por último, substituindo-o na retirada dos pneus.

O Senhor Vereador Andrade Neves, interveio para dizer que a Escola Primária nº 1 da Venteira já está em obras. Quanto ao problema do funcionário, disse, está a tentar encontrar soluções.

O Senhor Vereador Quadrado Rego, interveio para falar sobre a sinalização que deverá indicar a direcção do Hospital, pedindo desculpas por ainda não ter respondido ao ofício, pois ainda não lhe foi possível, na medida em que algumas Juntas de Freguesia ainda não responderam. Por outro lado, logo que a Câmara adquira as placas, pois já emitiu despacho para o efeito, estas serão colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara voltou a intervir para dizer que já foi aprovada a compra pela Câmara de uma série de placas direccionais.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia deu este período por encerrado.

VII - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Emissão de parecer nos termos e para os efeitos previstos no nº. 5 do Artº. 6º. da Lei nº.27/96, de 1 de Agosto.

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa informou que a Comissão Permanente reuniu e decidiu que da sua reunião deveria sair um Parecer, que serviria de base de trabalho para a Assembleia poder apreciar e eventualmente aprovar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

De seguida, procedeu à leitura do referido Parecer.

Após esta leitura, o Senhor Presidente da Assembleia informou que fora entregue na Mesa uma Proposta de Parecer, apresentada pelo CDS-PP, que passou a ler.

Seguidamente, intervieram os Senhores João Vieira, António Filipe e José Teodoro.

Após estas intervenções, colocou a proposta apresentada pelo CDS-PP à admissão, sendo rejeitada por maioria com 15 votos contra, 11 a favor e 7 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

Foram feitas Declarações de Voto pelos Senhores João Vieira, António Filipe e José Teodoro.

Após estas declarações de voto, o Senhor Presidente da Câmara interveio para falar sobre este assunto, tendo lido o ofício que foi enviado à Câmara pela Inspeção-Geral de Finanças e a Declaração de Voto que o Executivo remeteu àquela inspecção (Documentos anexos à presente Acta).

Seguidamente intervieram os Senhores Guilherme Guimarães, Luis Francisco, Presidente da Câmara, João Vieira, Marques Pedrosa, José Teodoro, Tremoço de Brito, Alves Nunes, João Caldeira, e novamente o Senhor José Teodoro para ler uma Proposta de Recomendação, que entregou à Mesa.

De seguida, intervieram os Senhores Presidente da Câmara e António Filipe.

Após esta intervenções, procedeu-se à leitura da Proposta de Recomendação, apresentada pela bancada do PSD, tendo de seguida sido colocada à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 33 Membros presentes.

Seguidamente, intervieram o Senhor João Caldeira, a Senhora Vereadora Helena Bastos, os Senhores João Vieira, Alves Nunes, José Teodoro, Guilherme Guimarães, Marques Pedrosa, e novamente o Senhor Guilherme Guimarães para solicitar a interrupção da Sessão por um período de dez minutos, o que foi aceite pela Assembleia.

Após esta interrupção, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou o Parecer da Comissão Permanente à votação, sendo aprovada por maioria com 15 votos a favor, 1 contra e 20 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

Foram apresentadas Declarações de Voto pelos Senhores Guilherme Guimarães, pela bancada do PS, João Nascimento, pela bancada da CDU, João Vieira, pela bancada do CDS-PP e José Teodoro, pela bancada do PSD (Documentos anexos à presente Acta).

Após a apresentação das declarações de voto, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou a Proposta de Recomendação do PSD à votação, sendo rejeitada por maioria com 24 votos contra, 4 a favor e 1 abstenção.

Finda a discussão da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada, à 01.35 horas.

